



# PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

## MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS

# 2022

Relatório de instrução com subsídios para emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo do Município de MANFRINÓPOLIS relativo ao ano de 2022.

Processo 217430/23 | Instrução n.º 3752/2023 - CGM



# INTRODUÇÃO

Esta Instrução tem por objetivo fornecer subsídios a este Tribunal de Contas para emissão de Parecer Prévio sobre as contas de governo prestadas pela Chefe do Poder Executivo do

**Município de MANFRINÓPOLIS, senhora ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA, referente**

ao exercício financeiro de 2022, de acordo com conteúdo e rito estabelecidos nos artigos 215 a 217 do [Regimento Interno](#) e na [Instrução Normativa n.º 172, de 11 de julho de 2022](#).

## Conteúdo da Instrução

### 1 O Município de MANFRINÓPOLIS – Dados e Indicadores

Apresenta informações relativas aos principais indicadores demográficos, econômicos, sociais e de serviços públicos do Município, com a finalidade de contextualizá-lo frente ao resultado das avaliações contidas nesta instrução.

### 2 Avaliação da Atuação Governamental

Reproduz o resultado da avaliação da atuação governamental nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social, Administração Financeira e Transparência e Relacionamento com o Cidadão, realizada nos termos dos artigos 20 e 21 da [Instrução Normativa n.º 172/2022](#).

### 3 Análise da Execução Orçamentária e Financeira

Comporta a análise sobre os aspectos orçamentários e financeiros do Município, nos termos do artigo 217-A do [Regimento Interno](#) e de acordo com o escopo estabelecido no Anexo da [Instrução Normativa n.º 172/2022](#).

### 4 Conclusão

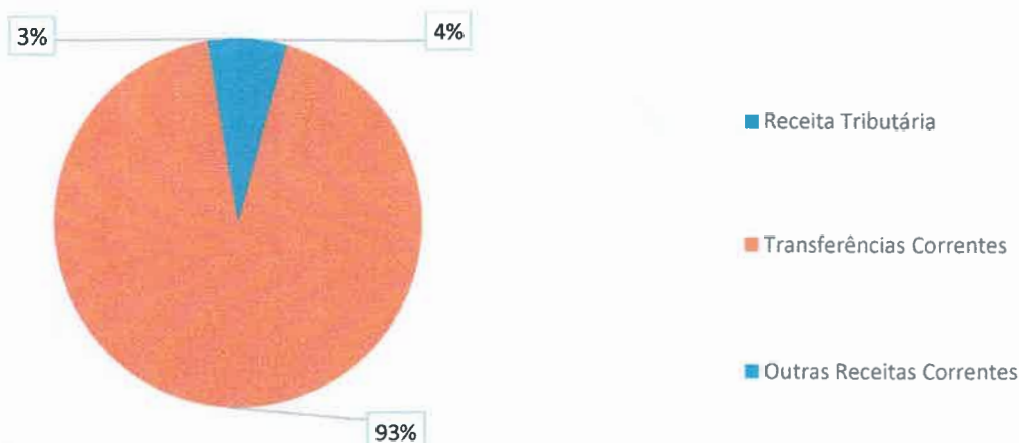
Apresenta a conclusão obtida a partir das avaliações reportadas nos itens 2 e 3 desta instrução. Ainda, com base exclusivamente no resultado do exame da execução orçamentária e financeira sob responsabilidade do governo municipal (item 3), expõe o opinativo pela regularidade ou irregularidade das contas examinadas.

## Conteúdo da Análise

Este processo de contas anuais se restringe à avaliação das **contas de governo** de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo do Município de MANFRINÓPOLIS no ano de 2022. Nesse sentido, o conteúdo a ser reportado nesta Instrução decorreu exclusivamente da aplicação de procedimentos de análise fundamentados na [Instrução Normativa n.º 172/2022](#), de modo que as conclusões a seguir expostas não elidem responsabilidades por aspectos não comportados neste processo de contas.

O Gráfico 1 ilustra a proporção da receita tributária municipal e das transferências correntes recebidas frente ao total de receitas correntes do Município no ano de 2022:

**GRÁFICO 1 - Proporção da receita tributária municipal e das transferências correntes recebidas frente ao total de receitas correntes do Município – 2022**



FONTE: TCE-PR

As tabelas 4 e 5 permitem observar as principais receitas que compuseram a receita de impostos e as transferências correntes municipais, respectivamente, no ano de 2022:

**TABELA 4 - Composição das principais Receitas de Impostos - 2022**

| Descrição                                                       | Valor (R\$) | %      |
|-----------------------------------------------------------------|-------------|--------|
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)                         | 269.243,29  | 28,69  |
| Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) | 90.389,92   | 9,63   |
| Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)                | 76.860,71   | 8,19   |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)               | 501.834,01  | 53,48  |
| Total                                                           | 938.327,93  | 100,00 |

FONTE: TCE-PR

**TABELA 5 - Composição da Receita de Transferências Correntes Líquida - 2022**

| Descrição                           | Valor (R\$)   | %      |
|-------------------------------------|---------------|--------|
| Cota-Parte FPM                      | 16.128.175,26 | 64,58  |
| Transferências SUS                  | 1.146.194,74  | 4,59   |
| Transferências FNDE                 | 153.411,55    | 0,61   |
| Cota-parte do ICMS                  | 4.563.379,11  | 18,27  |
| Cota-parte do IPVA                  | 296.322,83    | 1,19   |
| Transferências Estaduais para Saúde | 149.728,68    | 0,60   |
| Transferências do Fundeb            | 1.491.336,83  | 5,97   |
| Outras Transferências               | 1.045.054,77  | 4,18   |
| Total                               | 24.973.603,77 | 100,00 |

FONTE: TCE-PR

## Visão Geral das Despesas por Função e Grupo de Natureza da Despesa

A Tabela 6 ilustra, de forma resumida, o valor gasto no ano 2022 pelo Município de MANFRINÓPOLIS nas funções de administração, educação, saúde, assistência social e demais funções, detalhando os montantes por grupo de natureza da despesa:

**TABELA 6 - Despesas Municipais por Função e Grupo de Natureza da Despesa - 2022**

| Função / Grupo de Natureza da Despesa | Pessoal e encargos (R\$) | Investimentos (R\$) | Outras despesas correntes (R\$) | Demais despesas (R\$) | Total (R\$)   | %      |
|---------------------------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------------|-----------------------|---------------|--------|
| Administração                         | 1.116.316,82             | 72.713,35           | 1.050.995,14                    | 0,00                  | 2.240.025,31  | 8,31   |
| Educação                              | 3.061.067,84             | 175.200,90          | 1.559.617,01                    | 0,00                  | 4.795.885,75  | 17,78  |
| Saúde                                 | 2.429.681,28             | 760.593,36          | 2.854.708,77                    | 0,00                  | 6.044.983,41  | 22,41  |
| Assistência Social                    | 497.853,51               | 297.331,99          | 679.811,33                      | 0,00                  | 1.474.996,83  | 5,47   |
| Demais Funções                        | 2.052.394,58             | 4.245.971,83        | 5.620.563,15                    | 495.709,25            | 12.414.638,81 | 46,03  |
| Total                                 | 9.157.314,03             | 5.551.811,43        | 11.765.695,40                   | 495.709,25            | 26.970.530,11 | 100,00 |

**FONTE: TCE-PR**

## 1.4. Educação Básica

De acordo com o Censo da Educação de 2022, a Rede Municipal de Ensino de MANFRINÓPOLIS dispõe atualmente de **3 unidades educacionais** que ofertam educação infantil e/ou anos iniciais do ensino fundamental, totalizando **246 matrículas**:

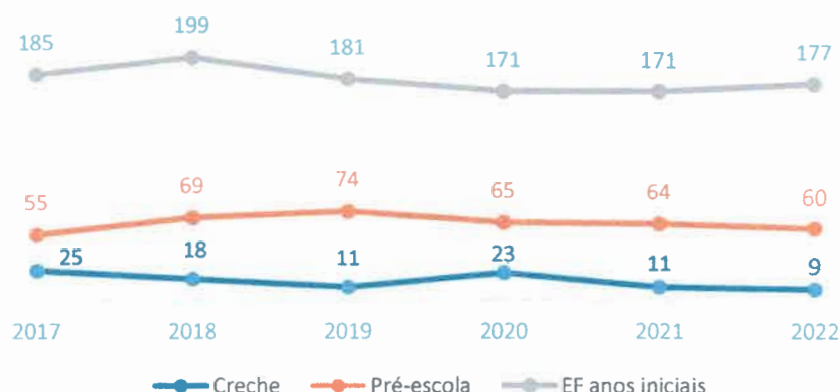
TABELA 7 - Unidades Educacionais e Matrículas da Rede Municipal de Ensino - 2022

| Unidades/Matrículas | Creche | Pré-escola | EF Anos Iniciais |
|---------------------|--------|------------|------------------|
| Unidades            | 1      | 2          | 2                |
| Matrículas          | 9      | 60         | 177              |

FONTE: INEP - CENSO DA EDUCAÇÃO

O Gráfico 2 demonstra a evolução do número de matrículas nos estabelecimentos da rede municipal de ensino:

GRÁFICO 2 - Evolução no Número de Matrículas da Rede Municipal por Etapa da Ensino – 2017 a 2022



FONTE: INEP - CENSO DA EDUCAÇÃO

O Município de Manfrinópolis não atingiu as condições estabelecidas no artigo 19 da Portaria INEP n.º 250, de 5 de julho de 2021, para a publicação do seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2021. O Gráfico 3 demonstra a evolução do Ideb ao longo dos últimos anos.

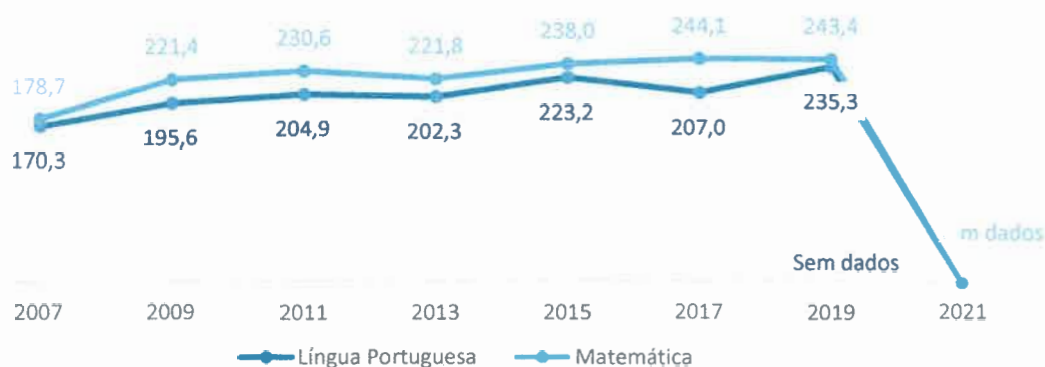
GRÁFICO 3 - Evolução do Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal – 2007 a 2021



FONTE: INEP - SAEB

Pelo mesmo motivo, não foi possível obter os resultados do município nas provas do SAEB em Língua Portuguesa e Matemática no ano de 2021. Por meio do Gráfico 4 é possível observar o desempenho da Rede nas avaliações do Saeb nas últimas aplicações:

GRÁFICO 4 - Evolução da Nota Saeb em Língua Portuguesa e Matemática (Média de Proficiência) da Rede Municipal – 2007 a 2021



FONTE: INEP - SAEB

No ano de 2021, a Rede Municipal de Ensino de MANFRINÓPOLIS alcançou uma Taxa de Aprovação<sup>5</sup> dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de 100,00%, enquanto a Taxa de Distorção Idade-Série<sup>6</sup> do mesmo grupo de alunos foi de 1,20%.

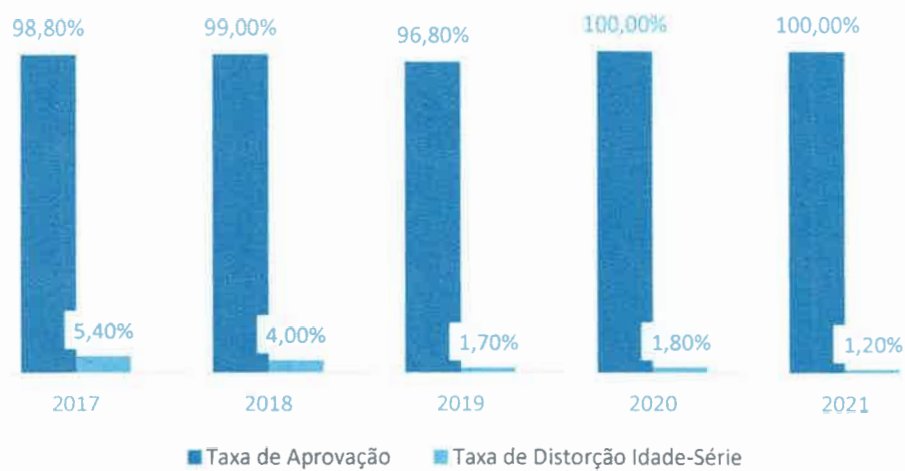
FONTE: INEP - CENSO DA EDUCAÇÃO

<sup>5</sup> Percentual de alunos aprovados

<sup>6</sup> Porcentagem dos alunos matriculados que têm idade pelo menos 2 anos maior do que a idade esperada para aquela série



**GRÁFICO 5 - Evolução da Taxa de Aprovação e da Taxa de Distorção Idade-Série da Rede Municipal de Ensino - 2017 a 2021**



**FONTE: INEP - CENSO DA EDUCAÇÃO**

## 1.5. Atenção Básica em Saúde

O Município de MANFRINÓPOLIS conta com **1 unidade de saúde** da Atenção Básica. De acordo com informações do Ministério da Saúde, **100,00%** da população municipal é coberta por pelo menos uma equipe de Atenção Básica em Saúde.

**TABELA 8 - Taxas de Natalidade e Mortalidade - 2021**

| Taxa                                                          | Município | Região | Estado |
|---------------------------------------------------------------|-----------|--------|--------|
| Taxa Bruta de Natalidade (mil habitantes)                     | 11,06     | 12,72  | 12,59  |
| Taxa de Mortalidade Geral (mil habitantes)                    | 11,47     | 9,92   | 10,75  |
| Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos)             | Sem dados | 13,08  | 15,45  |
| Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (mil nascidos vivos) | Sem dados | 13,95  | 17,07  |
| Taxa de Mortalidade Materna (100 mil nascidos vivos)          | Sem dados | 592,03 | 511,26 |

**FONTE: IBGE/SESA**

A tabela 9 reproduz os indicadores do Programa Previne Brasil<sup>7</sup> do Município de MANFRINÓPOLIS para o quadrimestre 3/2022:

**TABELA 9 - Indicadores do Previne Brasil – quadrimestre 3/2022**

| Indicador                                                                                    | Município | Região | Estado |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------|--------|
| Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas                | 36,00     | 72,24  | 57,55  |
| Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV                           | 27,00     | 80,57  | 68,67  |
| Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado                                | 82,00     | 76,76  | 60,80  |
| Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS                                    | 38,00     | 38,10  | 27,42  |
| Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS                                | 89,00     | 86,43  | 79,44  |
| Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre    | 42,00     | 46,43  | 36,45  |
| Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre | 28,00     | 29,38  | 29,99  |

**FONTE: PREVINE BRASIL**

(1) Sendo a 1ª (primeira) até a 12ª (décima segunda) semana de gestação.

(2) Contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *Haemophilus Influenzae* tipo b e Poliomielite inativada

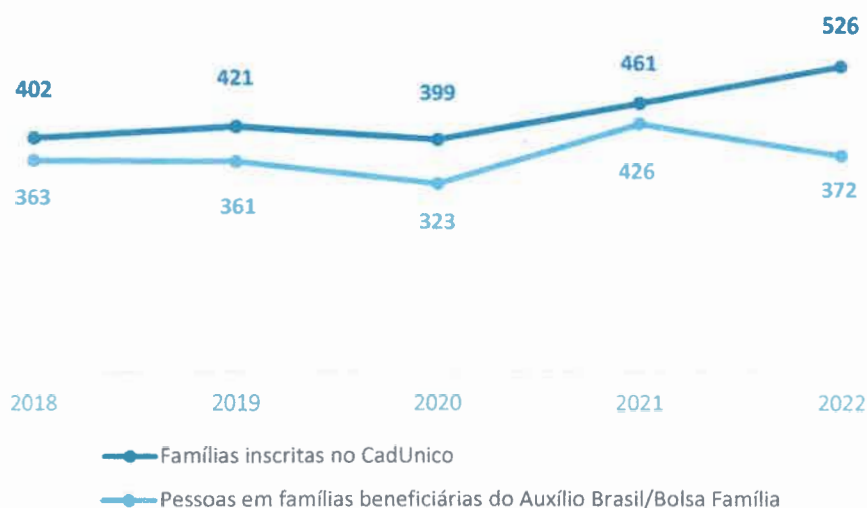
<sup>7</sup> Indicadores de desempenho utilizados para definição dos valores a serem pagos aos Municípios quanto ao componente “pagamento por desempenho”, no âmbito do Programa Previne Brasil. Dados extraídos em 30/04/2023. Para saber mais, acesse: <https://aps.saude.gov.br/gestor/financiamento>;

## 1.6. Assistência Social

O Município de MANFRINÓPOLIS dispõe atualmente de **2 Centro(s) de Referência de Assistência Social (CRAS)**<sup>8</sup> localizado(s) em seu território.

Da população estimada de **2.442** habitantes, o Município de MANFRINÓPOLIS possuía, em setembro de 2022 um total de **372** pessoas em famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil. O número de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) era de **526**.

**GRÁFICO 6 - Evolução do Número de Famílias Inscritas no CadÚnico e de Pessoas em Famílias Beneficiárias do Programa Auxílio Brasil/Bolsa Família – 2018 a 2022**



**FONTE: PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL/BOLSA FAMÍLIA**

<sup>8</sup> O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

## 2. Avaliação da Atuação Governamental

Esta seção se destina à apresentação dos resultados obtidos pelo Município de MANFRINÓPOLIS quanto à atuação do governo na implementação de ações em políticas públicas, a fim de subsidiar a emissão de parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal do ano de 2022, nos termos do artigo 217-A do [Regimento Interno](#) e dos artigos 20 e 21 da [Instrução Normativa n.º 172/2022](#).

Para o ano de 2022 a avaliação da implementação de ações em políticas públicas comportou as seguintes áreas de governo: Administração Financeira, Assistência Social, Educação, Previdência Social (para municípios com RPPS), Saúde e Transparência e Relacionamento com o Cidadão. Para cada uma dessas áreas, foi atribuído um grau de atendimento de implementação de políticas públicas, de acordo com a metodologia de apuração estabelecida na [Nota Técnica n.º 15, de 19 de julho de 2022, da Coordenadoria-Geral de Fiscalização deste Tribunal](#).

As informações que fundamentaram o resultado da avaliação da implementação de ações em políticas públicas foram obtidas por meio de formulários eletrônicos respondidos, de forma declaratória, pelos interlocutores agentes públicos municipais durante o período de 19/08 a 27/09/2022. O conteúdo dos formulários, os critérios avaliativos e os interlocutores do processo estão descritos na [Nota Técnica n.º 17, de 20 de julho de 2022, da Coordenadoria-Geral de Fiscalização deste Tribunal](#).

### Objetivos das Avaliações nas Áreas de Governo

#### Administração Financeira



Avaliar as ações do governo que contribuam para uma condição financeira sustentável a fim de garantir a continuidade da prestação adequada de serviços públicos.

#### Assistência Social



Avaliar as ações do governo que visem à identificação e à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio da oferta de serviços de Proteção Social Básica.

#### Educação



Avaliar as ações do governo que visem à melhoria da qualidade do ensino e à ampliação do acesso e da permanência escolar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental ofertados na Rede Municipal de Ensino.

#### Transparência e Relacionamento com o Cidadão



Avaliar as ações do governo que busquem garantir a transparência e o relacionamento com o cidadão a fim de fomentar o controle social.

#### Saúde



Avaliar as ações do governo que visem à melhoria da qualidade dos serviços da Atenção Básica em Saúde, de acordo com as necessidades e demandas da população de cada território.



Para consultar os resultados da avaliação, escaneie o código ao lado ou acesse:  
<https://app.powerbi.com/View?r=eyJrjoiZDIzNGE3YTgtYzUxYi00OTlwLWExNjU0NDZlNTRjYjM0YmY3IiwidCI6ImY3MGEwYWY2LWRhMGYtNDViZS1lN2VkLTlmOGMxYjI0YmZkZiIsImMiOiR9>

## 2.1. Educação

O Município de MANFRINÓPOLIS alcançou a pontuação de **5,93** na avaliação da atuação do governo municipal na área de Educação.



### Pontuação obtida por questão de avaliação

|                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1 Instrumentos de planejamento</b><br> <p>Abarca questões relacionadas com o Plano Municipal de Educação e com os projetos políticos-pedagógicos das escolas.</p> <b>8,8</b>         | <b>2 Acesso e permanência</b><br> <p>Abarca questões que influenciam diretamente no acesso e na permanência dos estudantes na escola.</p> <b>4,6</b>                                                    |
| <b>3 Práticas Pedagógicas</b><br> <p>Abarca questões relacionadas com práticas pedagógicas que contribuam diretamente para a melhoria da qualidade do ensino.</p> <b>4,4</b>            | <b>4 Gestão de Pessoas</b><br> <p>Abarca questões relacionadas com a existência de profissionais da educação em quantidade suficiente e com capacitação adequada.</p> <b>5,2</b>                        |
| <b>5 Instalações das unidades escolares</b><br> <p>Abarca questões relacionadas à adequação das instalações dos prédios das unidades da Rede Municipal de Ensino.</p> <b>5,6</b>      | <b>6 Equipamentos das unidades escolares</b><br> <p>Abarca questões relacionadas à adequação do mobiliário, dos equipamentos e dos materiais das unidades da Rede Municipal de Ensino.</p> <b>6,0</b> |
| <b>7 Serviço de transporte escolar</b><br> <p>Abarca questões relacionadas com o serviço de transporte escolar disponibilizado aos alunos da Rede Municipal de Ensino.</p> <b>4,5</b> | <b>8 Serviço de alimentação escolar</b><br> <p>Abarca questões relacionadas com o programa municipal de alimentação escolar.</p> <b>8,3</b>                                                           |

### Interlocutores

| Cargo                                                     | Cadastros | Respostas |
|-----------------------------------------------------------|-----------|-----------|
| Secretário Municipal ou equivalente                       | 1         | 1         |
| Nutricionista Técnico(a) Responsável                      | 1         | 1         |
| Diretor de Ensino Fundamental                             | 1         | 1         |
| Coordenador Pedagógico de Ensino Fundamental              | 2         | 2         |
| Diretor de Creche e Pré-Escola                            | 1         | 1         |
| Diretor de Pré-Escola e Ensino Fundamental                | 1         | 1         |
| Coordenador Pedagógico de Creche e Pré-Escola             | 1         | 1         |
| Coordenador Pedagógico de Pré-Escola e Ensino Fundamental | 2         | 2         |



## 2.2. Saúde

O Município de MANFRINÓPOLIS alcançou a pontuação de **6,08** na avaliação da atuação do governo municipal na área de Saúde.

### Pontuação obtida por questão de avaliação

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1 Instrumentos de planejamento</b><br> <p>Abarca questões relacionadas com o Plano Municipal de Saúde, com a Programação Anual de Saúde e com o Relatório Anual de Gestão.</p> <p><b>8,2</b></p>                     | <b>2 Gestão do trabalho</b><br> <p>Abarca questões sobre o dimensionamento da força de trabalho, a capacitação permanente e a avaliação dos profissionais.</p> <p><b>2,4</b></p>              |
| <b>3 Coordenação do cuidado</b><br> <p>Abarca questões referentes à organização do fluxo de pessoas, à comunicação com os pontos da rede de atenção à saúde e à resolutividade da Atenção Básica.</p> <p><b>3,7</b></p> | <b>4 Territorialização e vínculos</b><br> <p>Abarca questões relacionadas ao processo de territorialização e às estratégias de atuação nos territórios.</p> <p><b>7,4</b></p>                 |
| <b>5 Ofertas de serviços</b><br> <p>Abarca questões relacionadas aos serviços essenciais à Atenção Básica.</p> <p><b>10,0</b></p>                                                                                     | <b>6 Promoção da saúde</b><br> <p>Abarca questões referentes à integração com a Vigilância em Saúde e às ações voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças.</p> <p><b>6,4</b></p> |
| <b>7 Assistência farmacêutica</b><br> <p>Abarca questões relacionadas ao cuidado farmacêutico e à seleção, programação, recebimento e dispensação de medicamentos.</p> <p><b>4,0</b></p>                              | <b>8 Estrutura física</b><br> <p>Abarca questões relacionadas à adequação das instalações e dos equipamentos das unidades básicas de saúde.</p> <p><b>6,5</b></p>                           |

### Interlocutores

| Cargo                                          | Cadastros | Respostas |
|------------------------------------------------|-----------|-----------|
| Secretário Municipal ou equivalente            | 1         | 1         |
| Responsável pela Unidade Básica de Saúde (UBS) | 1         | 1         |
| Responsável pela dispensação                   | 1         | 1         |

## 2.3. Assistência Social

O Município de MANFRINÓPOLIS alcançou a pontuação de **5,94** na avaliação da atuação do governo municipal na área de Assistência Social.



### Pontuação obtida por questão de avaliação

|                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1</b> Instrumentos de planejamento<br><p>Abarca questões relacionadas com a elaboração e o monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social.</p> <p><b>4,6</b></p>                                                               | <b>2</b> Vigilância socioassistencial<br><p>Abarca questões relacionadas com a existência, a estruturação e as atividades da área de vigilância socioassistencial.</p> <p><b>1,7</b></p>                               |
| <b>3</b> Diagnóstico do território e acesso<br><p>Abarca questões atinentes a ações para conhecimento do território, como busca ativa e diagnóstico socioterritorial, e divulgação dos serviços socioassistenciais.</p> <p><b>5,2</b></p> | <b>4</b> Articulação territorial e intersetorial<br><p>Abarca questões sobre as instâncias e os processos de articulação dos CRAS com a rede socioassistencial e com outras políticas públicas.</p> <p><b>9,5</b></p>  |
| <b>5</b> PAIF<br><p>Abarca questões relacionadas com a prestação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).</p> <p><b>9,8</b></p>                                                                                    | <b>6</b> SCFV e SPSB no Domicílio<br><p>Abarca questões relacionadas com a prestação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio.</p> <p><b>6,9</b></p> |
| <b>7</b> Recursos físicos e humanos<br><p>Abarca questões relacionadas com a estrutura física e as equipes de referência dos CRAS.</p> <p><b>3,9</b></p>                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                        |

### Interlocutores

| Cargo                               | Cadastros | Respostas |
|-------------------------------------|-----------|-----------|
| Secretário Municipal ou equivalente | 1         | 1         |
| Coordenador do CRAS                 | 2         | 2         |

## 2.4. Administração Financeira

O Município de MANFRINÓPOLIS alcançou a pontuação de **2,46** na avaliação da atuação do governo municipal na área de Administração Financeira.



### Pontuação obtida por questão de avaliação

|                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1</b> Elaboração do planejamento orçamentário                                                                                                                                                                                                              | <b>2</b> Revisão do planejamento orçamentário                                                                                                                                                                                               |
|  <p>Abarca questões relacionadas com o processo de elaboração e de divulgação dos instrumentos de planejamento orçamentário.</p> <p><b>3,9</b></p>                           |  <p>Abarca questões relacionadas com o processo de revisão e monitoramento dos instrumentos de planejamento orçamentário.</p> <p><b>1,7</b></p>            |
| <b>3</b> Execução da despesa orçamentária                                                                                                                                                                                                                     | <b>4</b> Obrigações financeiras                                                                                                                                                                                                             |
|  <p>Abarca questões relacionadas com o empenho, a liquidação e o pagamento de despesas orçamentárias.</p> <p><b>0,8</b></p>                                                  |  <p>Abarca questões relacionadas com o reconhecimento e a transparência dos passivos patrimoniais.</p> <p><b>2,3</b></p>                                   |
| <b>5</b> Arrecadação tributária                                                                                                                                                                                                                               | <b>6</b> Dívida ativa                                                                                                                                                                                                                       |
|  <p>Abarca questões relacionadas com a gestão de tributos municipais, com ênfase em aspectos gerais e de arrecadação de impostos.</p> <p><b>2,8</b></p>                    |  <p>Abarca questões relacionadas com o reconhecimento e a transparência da dívida ativa.</p> <p><b>0,0</b></p>                                           |
| <b>7</b> Sistemas de informação                                                                                                                                                                                                                               | <b>8</b> Gestão de pessoas                                                                                                                                                                                                                  |
|  <p>Abarca questões que avaliam o atendimento a requisitos gerais, contábeis e de segurança pelo sistema de administração financeira e orçamentária.</p> <p><b>6,0</b></p> |  <p>Abarca questões relacionadas com a gestão de pessoas nos órgãos de administração tributária, controle interno e contabilidade.</p> <p><b>2,2</b></p> |

### Interlocutores

| Cargo                               | Cadastros | Respostas |
|-------------------------------------|-----------|-----------|
| Secretário Municipal ou equivalente | 1         | 1         |



## 2.5. Transparência e Relacionamento com o Cidadão

O Município de MANFRINÓPOLIS alcançou a pontuação de **3,78** na avaliação da atuação do governo municipal na área de Transparência e Relacionamento com o Cidadão.

### Pontuação obtida por questão de avaliação

|                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1</b> Regulamentação do SIC                                                                                                                                                                                                                                  | <b>2</b> Operacionalização do SIC                                                                                                                                                                                                                 |
| <br>Abarca questões relacionadas com a regulamentação e o estabelecimento de processos de trabalho para garantir o acesso à informação ao cidadão.                             | <br>Abarca questões relacionadas com a operacionalização do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).                                                              |
| <b>3,8</b>                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>6,3</b>                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>3</b> Disponibilização de informações                                                                                                                                                                                                                        | <b>4</b> Regulamentação do canal de comunicação                                                                                                                                                                                                   |
| <br>Abarca questões relacionadas com a disponibilização de informações de interesse geral ou coletivo no site oficial do município.                                            | <br>Abarca questões relacionadas com a regulamentação e o estabelecimento de processos para garantir o direito à manifestação dos usuários de serviços públicos. |
| <b>7,8</b>                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>0,0</b>                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>5</b> Funcionamento do canal de comunicação                                                                                                                                                                                                                  | <b>6</b> Ações para fomento do controle social                                                                                                                                                                                                    |
| <br>Abarca questões relacionadas com a operacionalização do canal de comunicação ou ouvidoria, a fim de garantir o direito à manifestação dos usuários de serviços públicos. | <br>Abarca questões relacionadas com ações de engajamento público para fomento do controle social.                                                             |
| <b>4,0</b>                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>0,8</b>                                                                                                                                                                                                                                        |

### Interlocutores

| Cargo                               | Cadastros | Respostas |
|-------------------------------------|-----------|-----------|
| Secretário Municipal ou equivalente | 1         | 1         |

### 3. Análise da Execução Orçamentária e Financeira

Esta seção se destina à análise da conformidade da execução orçamentária e financeira dos recursos do Município de MANFRINÓPOLIS durante o exercício de 2022, nos termos do artigo 217-A do [Regimento Interno](#) e do artigo 22 da [Instrução Normativa n.º 172/2022](#).

#### Escopo de Análise

A análise reproduzida nesta seção teve por base o escopo definido no Anexo da [Instrução Normativa n.º 172/2022](#), cujo conteúdo e objetivo estão sumarizados a seguir:



##### Parecer do Controle Interno

Verificar a existência de declaração do gestor que ateste conhecimento do parecer do Controle Interno sobre as contas



##### Aplicação de Recursos na Educação Básica

Avaliar o cumprimento da aplicação mínima de recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino e a adequação da utilização dos recursos do Fundeb



##### Aplicação de Recursos na Saúde

Avaliar o cumprimento da aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde



##### Gestão Fiscal

Avaliar o equilíbrio financeiro do Município e o atendimento aos limites estabelecidos para as despesas com pessoal e para a dívida consolidada



O conteúdo detalhado da análise da Execução Orçamentária e Financeira pode ser acessado por meio do código QR ou no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

[https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/SIMAM/Paginas/Rel\\_LRF.aspx?relTipo=1](https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/SIMAM/Paginas/Rel_LRF.aspx?relTipo=1)



### 3.1. Parecer do Controle Interno

A fiscalização do Município é exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei, nos termos do *caput* do artigo 18 da Constituição do Estado do Paraná.

O Sistema de Controle Interno do Município de MANFRINÓPOLIS contou com o(s) seguinte(s) responsável(is) durante o ano de 2022:

QUADRO 4 - Responsável(is) pelo Sistema de Controle Interno – 2022

| Nome              | Início   | Final    |
|-------------------|----------|----------|
| TIAGO CUSTIN NESI | 01/01/22 | 31/12/24 |

FONTE: TCE-PR

O objetivo deste item é avaliar o cumprimento do artigo 7º da [Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15 de dezembro de 2005](#), que exige que os gestores atestem, por meio de pronunciamento expresso e indelegável, conhecimento sobre as conclusões contidas no Relatório Anual de Controle Interno, elaborado pelo Controlador Geral do Município ou cargo equivalente.

Verifica-se que **houve** o encaminhamento da declaração em questão, motivo pelo qual conclui-se que o **governo municipal cumpriu o disposto no artigo 7º da Lei Complementar Estadual n.º 113, de 2005.**

## 3.2. Aplicação de Recursos na Educação Básica

### Aplicação Mínima na Educação Básica

O objetivo deste item é examinar o cumprimento do disposto no *caput* do artigo 212 da Constituição Federal, que determina que os Municípios apliquem, anualmente, no mínimo 25% da receita de impostos, inclusive transferências, na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino (MDE).

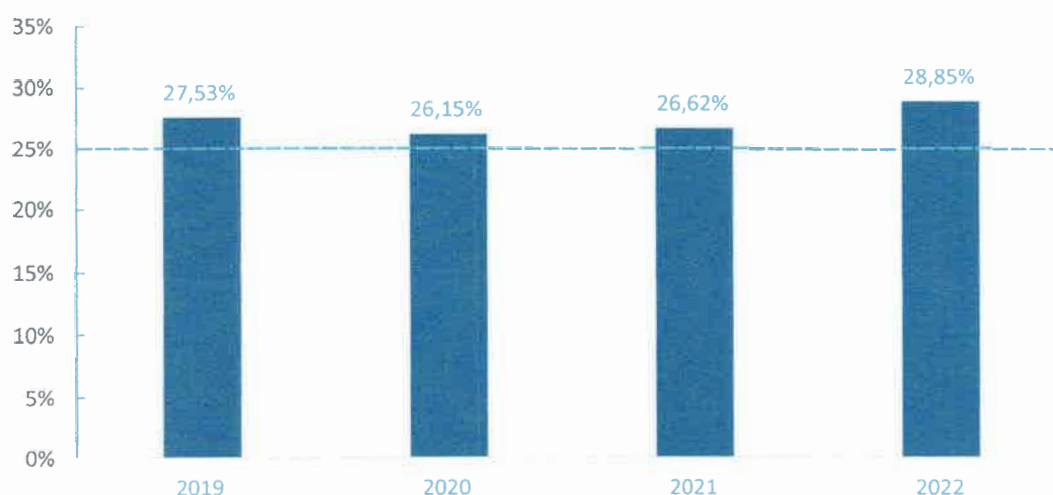
No exercício em análise, apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 6.354.080,56** em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o que corresponde a **28,85%** da receita proveniente de impostos e transferências. Dessa forma, conclui-se que o **governo municipal cumpriu o previsto na Constituição Federal, art. 212.**

**TABELA 10 - Cálculo da aplicação da receita de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2022**

| Especificação                                                                                                               | Valor (R\$)   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| 1. Receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais                                                    | 22.023.298,44 |
| 2. Despesas com MDE para fins de apuração do limite mínimo (2.1 + 2.2)                                                      | 3.901.386,06  |
| 2.1. Custeadas com FUNDEB - impostos e transferências de impostos                                                           | 1.515.049,44  |
| 2.2. Custeadas com receita de impostos (exceto FUNDEB)                                                                      | 2.386.336,62  |
| 3. Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional                                                       | -2.452.694,50 |
| 4. Total das despesas para fins de limite (2 - 3)                                                                           | 6.354.080,56  |
| <b>Percentual de aplicação em MDE sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais (4 ÷ 1)</b> | <b>28,85%</b> |

FONTE: TCE-PR

**GRÁFICO 7 – Evolução do percentual de aplicação da receita de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do**



Ensino – 2019 a 2022

FONTE: TCE-PR

**TABELA 11 - Detalhamento do valor da aplicação da receita de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por natureza da despesa – 2022**

| Natureza da despesa                                                             | Valor (R\$)          |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| <b>1. Despesas Correntes</b>                                                    | <b>3.794.185,16</b>  |
| 1.1 Pessoal e Encargos                                                          | 3.061.067,84         |
| 1.2. Juros e Encargos da Dívida                                                 | 0,00                 |
| 1.3. Outras Despesas Correntes                                                  | 733.117,32           |
| 1.3.1. Material de Consumo                                                      | 448.284,85           |
| 1.3.2. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica                           | 222.123,97           |
| 1.3.3. Demais outras despesas correntes                                         | 62.708,50            |
| <b>2. Despesas de capital</b>                                                   | <b>107.200,90</b>    |
| 2.1. Investimentos                                                              | 107.200,90           |
| 2.1.1. Obras e Instalações                                                      | 22.000,00            |
| 2.2.2. Equipamentos e Material Permanente                                       | 85.200,90            |
| 2.2.3. Demais investimentos                                                     | 0,00                 |
| 2.2. Inversões Financeiras                                                      | 0,00                 |
| 2.3. Amortização da Dívida                                                      | 0,00                 |
| <b>3. Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional</b>    | <b>-2.452.694,50</b> |
| <b>4. Total das despesas para fins de apuração do limite mínimo (1 + 2 - 3)</b> | <b>6.354.080,56</b>  |

FONTE: TCE-PR

### Aplicação dos Recursos do Fundeb

O objetivo deste item é examinar o cumprimento do disposto no artigo 212-A, inciso XI e § 3º, da Constituição Federal e no artigo 25, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133, de 25 de dezembro de 2020, que estabelecem aos Municípios a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo: 70% dos recursos do Fundeb no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, 90% dos recursos do Fundeb no exercício financeiro em que foram transferidos, 15% dos recursos repassados pela União na forma de complementação Valor Anual Total por Aluno - VAAT em despesas de capital e 50% dos recursos da complementação VAAT na educação infantil.

No exercício em análise, apurou-se que o governo municipal:

- ✓ **Cumpriu** o percentual mínimo da aplicação de recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério (Tabela 12, linha 2.1);
- ✓ **Cumpriu** o percentual mínimo de utilização dos recursos do Fundeb no exercício de sua arrecadação (Tabela 12, linha 3.1);
- ✓ **Cumpriu** a aplicação mínima dos recursos transferidos a título de complementação VAAT em despesas de capital (Tabela 12, linha 4.1) e
- ✓ **Cumpriu** a aplicação mínima dos recursos transferidos a título de complementação VAAT na educação infantil (Tabela 12, linha 5.1).

**TABELA 12 - Cálculo da aplicação mínima de recursos do Fundeb – 2022**

| Especificação                                                                                                                               | Valor (R\$)   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| 1. Receitas totais transferidas pelo Fundeb (1.1 + 1.2 + 1.3)                                                                               | 1.497.686,78  |
| 1.1. Receitas de transferências do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos                                                           | 1.497.686,78  |
| 1.2. Receitas de transferências do Fundeb - Complementação da União – VAAT (1)                                                              | 0,00          |
| 1.3. Receitas de transferências do Fundeb - Complementação da União – VAAF (2)                                                              | 0,00          |
| 2. Valor transferido que foi aplicado na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica                                                   | 1.515.049,44  |
| <b>2.1. Percentual de recursos transferidos pelo Fundeb que foram aplicados na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica (2 ÷ 1)</b> | <b>101,16</b> |
| 3. Valor transferido que não foi utilizado no exercício                                                                                     | -17.362,66    |
| <b>3.1. Percentual de recursos transferidos pelo Fundeb que não foram utilizados no exercício (3 ÷ 1)</b>                                   | <b>-1,16</b>  |
| 4. Valor relativo à complementação VAAT que foi aplicado em despesas de capital                                                             | 0,00          |
| <b>4.1. Percentual de recursos relativo à complementação VAAT que foi aplicado em despesas de capital (4 ÷ 1.2)</b>                         | <b>0,00</b>   |
| 5. Valor relativo à complementação VAAT que foi aplicado na educação infantil                                                               | 0,00          |
| <b>5.1. Percentual de recursos relativo à complementação VAAT que foi aplicado na educação infantil (5 ÷ 1.2)</b>                           | <b>0,00</b>   |

FONTE: TCE-PR

(1) Valor Anual Total por Aluno

(2) Valor Anual por Aluno

### 3.3. Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde

O objetivo deste item é examinar o cumprimento do disposto no artigo 198, § 2º, inciso III, da Constituição Federal c/c o artigo 7º, *caput*, da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, que determinam que os Municípios apliquem, anualmente, no mínimo 15% da receita de impostos, inclusive transferências, em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

No exercício em análise, apurou-se que o Município de MANFRINÓPOLIS aplicou o montante de **R\$ 3.657.962,70** em gastos com ASPS, o que corresponde a **17,75%** da receita proveniente de impostos e transferências. Dessa forma, conclui-se que o **governo municipal cumpriu o previsto no artigo 198, § 2º, inciso III, da Constituição Federal c/c o artigo 7º, caput, da Lei Complementar Federal n.º 141/2012.**

**TABELA 13 - Cálculo de aplicação da receita de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2022**

| Especificação                                                                                                                        | Valor         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <b>1. Total das receitas resultantes de impostos<sup>12</sup> e transferências constitucionais e legais<sup>13</sup></b>             | 20.613.747,28 |
| <b>2. Despesas com ASPS (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5 + 2.6 + 2.7)</b>                                                                | 3.657.962,70  |
| 2.1 Atenção Básica                                                                                                                   | 3.627.907,53  |
| 2.2. Assistência hospitalar e ambulatorial                                                                                           | 0,00          |
| 2.3. Suporte profilático e terapêutico                                                                                               | 0,00          |
| 2.4. Vigilância sanitária                                                                                                            | 30.055,17     |
| 2.5. Vigilância epidemiológica                                                                                                       | 0,00          |
| 2.6. Alimentação e nutrição                                                                                                          | 0,00          |
| 2.7. Outras subfunções <sup>14</sup>                                                                                                 | 0,00          |
| <b>3. Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional (3.1 + 3.2 + 3.3)</b>                                       | 0,00          |
| 3.1. Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira                              | 0,00          |
| 3.2. Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores | 0,00          |
| 3.3. Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados                                         | 0,00          |
| <b>4. Total das despesas com ASPS para fins de apuração do limite mínimo (2 - 3)</b>                                                 | 3.657.962,70  |
| <b>5. Percentual de aplicação em ASPS sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais (4 ÷ 1)</b>      | <b>17,75%</b> |

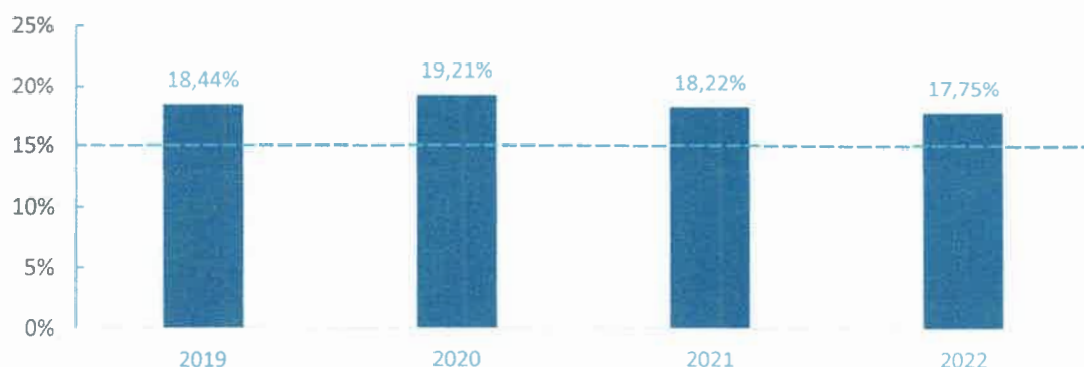
**FONTE: TCE-PR**

<sup>9</sup> IPTU, ITBI, ISS, IRPF retido na fonte, com seus respectivos juros, multas, dívida ativa e outros encargos.

<sup>10</sup> Cota-Parte: FPM, ITR, IPVA, ICMS, IPI-Exportação, e Compensações financeiras provenientes dos impostos e transferências constitucionais.

<sup>11</sup> Planejamento e Orçamento; Administração Geral e Financeira; Controle Interno; Normatização e Fiscalização; Tecnologia da Informação; Formação de Recursos Humanos; e Proteção e Benefícios ao Trabalhador.

**GRÁFICO 8 - Evolução do percentual de aplicação da receita de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2019 a 2022**



FONTE: TCE-PR

**TABELA 14 - Detalhamento do valor da aplicação da receita de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde por natureza da despesa – 2022**

| Natureza da despesa                                                                      | Valor (R\$)         |
|------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| <b>1. Despesas Correntes</b>                                                             | <b>3.628.989,26</b> |
| 1.1. Pessoal e Encargos                                                                  | 2.236.568,59        |
| 1.2. Juros e Encargos da Dívida                                                          | 0,00                |
| 1.3. Outras Despesas Correntes                                                           | 1.392.420,67        |
| 1.3.1. Material de Consumo                                                               | 560.106,32          |
| 1.3.2. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica                                    | 503.937,73          |
| 1.3.3. Demais outras despesas correntes                                                  | 328.376,62          |
| <b>2. Despesas de capital</b>                                                            | <b>28.973,44</b>    |
| 2.1. Investimentos                                                                       | 28.973,44           |
| 2.1.1. Obras e Instalações                                                               | 0,00                |
| 2.1.2. Equipamentos e Material Permanente                                                | 28.390,00           |
| 2.1.3. Demais investimentos                                                              | 583,44              |
| 2.2. Inversões Financeiras                                                               | 0,00                |
| 2.3. Amortização da Dívida                                                               | 0,00                |
| <b>3. Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional</b>             | <b>0,00</b>         |
| <b>4. Total das despesas com ASPS para fins de apuração do limite mínimo (1 + 2 - 3)</b> | <b>3.657.962,70</b> |

FONTE: TCE-PR

### 3.4. Gestão Fiscal

#### Resultado Orçamentário e Financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

O objetivo deste item é avaliar o equilíbrio fiscal do Município, conforme previsto no artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), e no artigo 48, alínea b, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, analisando-se o resultado orçamentário e o resultado financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Como critérios para a apuração, registra-se que: o resultado não contempla os recursos referentes às emendas parlamentares, foram excluídos os valores registrados no ativo realizável e o item é considerado irregular quando, cumulativamente, o Município registrar, no encerramento do exercício em análise, déficit orçamentário e resultado financeiro negativo.

No exercício em análise, apurou-se que o **MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS alcançou resultado financeiro acumulado positivo** (Tabela 15, linha 16), apesar de ter obtido resultado orçamentário negativo no exercício em análise (Tabela 15, linha 13). Dessa forma, conclui-se que **o governo municipal cumpriu os artigos 1º, § 1º, da LRF e 48, alínea b, da Lei Federal n.º 4.320/64.**

**TABELA 15 - Resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao RPPS – 2019 a 2022**

| Especificação                                                   | Exercício 2019 | %      | Exercício 2020 | %      | Exercício 2021 | %     | Exercício 2022 | %      |
|-----------------------------------------------------------------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|-------|----------------|--------|
| 1 - Receitas Correntes                                          | 13.436.837,05  | 100,00 | 14.043.049,73  | 100,00 | 16.625.982,12  | 94,62 | 20.477.953,78  | 100,00 |
| 4 - Despesas Correntes                                          | 12.575.270,25  | 93,59  | 12.997.568,63  | 92,56  | 12.851.141,56  | 73,14 | 18.802.202,38  | 91,82  |
| 5 - Despesas de Capital                                         | 209.270,88     | 1,56   | 422.182,01     | 3,01   | 422.915,87     | 2,41  | 2.157.899,88   | 10,54  |
| 6 - Soma da Despesa (4+5)                                       | 12.784.541,13  | 95,15  | 13.419.750,64  | 95,56  | 13.274.057,43  | 75,54 | 20.960.102,26  | 102,35 |
| 7 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO (3-6)                   | 652.295,92     | 4,85   | 623.299,09     | 4,44   | 4.297.074,69   | 24,46 | -482.148,48    | -2,35  |
| 8 - Interferências Financeiras                                  | -948.000,00    | -7,06  | -1.068.000,00  | -7,61  | -827.116,84    | -4,71 | -522.431,20    | -2,55  |
| 9 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO (7+8)       | -295.704,08    | -2,20  | -444.700,91    | -3,17  | 3.469.957,85   | 19,75 | -1.004.579,68  | -4,91  |
| 10 - Cancelamento de Restos a Pagar                             | 0,00           | 0,00   | 614,46         | 0,00   | 10,00          | 0,00  | 0,00           | 0,00   |
| 11 - Inscrição/Baixa de Realizável por Cisão, Fusão ou Extinção | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00  | 0,00           | 0,00   |
| 12 - Despesas Não Empenhadas                                    | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00  | 0,00           | 0,00   |
| 13 - RESULTADO AJUSTADO DO EXERCÍCIO (9+10+11+12)               | -295.704,08    | -2,20  | -444.086,45    | -3,16  | 3.469.967,85   | 19,75 | -1.004.579,68  | -4,91  |
| 14 - Superávit/Déficit do Exercício Anterior                    | -207.621,73    | -1,55  | -503.325,81    | -3,58  | -947.412,26    | -5,39 | 2.522.555,59   | 12,32  |
| 15 - Total do Ativo Realizável                                  | 9.892,78       | 0,07   | 10.583,53      | 0,08   | 8.701,65       | 0,05  | 8.701,65       | 0,04   |
| 16 - RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (13+14-15)     | -513.218,59    | -3,82  | -957.995,79    | -6,82  | 2.513.853,94   | 14,31 | 1.509.274,26   | 7,37   |

FONTE: TCE-PR

## Despesa com Pessoal

O objetivo deste item é examinar o cumprimento do disposto no artigo 23 da LRF, caso tenha ocorrido o descumprimento do limite previsto em seu artigo 19, inciso III.

Consoante disposição dos artigos 19 e 23 da LRF, a despesa líquida com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder, no caso do Poder Executivo dos Municípios, 54% da Receita Corrente Líquida (RCL). Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite, o percentual excedente deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

Vale destacar que, conforme os artigos 65 e 66 da LRF, em caso de período de baixo crescimento do PIB, os prazos para o retorno das despesas com pessoal são duplicados e, em caso de ocorrência de calamidade pública reconhecida pela Assembleia Legislativa, os prazos ficam suspensos enquanto perdurar a situação.

Considerando que não havia necessidade de reduções ou retornos aos limites para as despesas com pessoal no exercício em análise, **conclui-se que o Município cumpriu o disposto nos artigos 19, inciso III, e 23 da LRF.**

**TABELA 16 - Cálculo da despesa com pessoal – 2021 e 2022**

| Data-base  | Receita Corrente Líquida Ajustada (R\$) | Despesa total com Pessoal (R\$) | % Despendido | Situação de alerta |
|------------|-----------------------------------------|---------------------------------|--------------|--------------------|
| 30/06/2020 | 15.321.548,98                           | 7.330.752,20                    | 47,85        | Normal             |
| 31/12/2020 | 15.466.603,14                           | 7.583.170,19                    | 49,03        | Alerta 90%         |
| 30/06/2021 | 16.700.064,73                           | 7.514.441,44                    | 45,00        | Normal             |
| 31/12/2021 | 18.467.210,41                           | 7.411.324,25                    | 40,13        | Normal             |
| 30/06/2022 | 20.933.411,81                           | 8.331.565,56                    | 39,80        | Normal             |
| 31/12/2022 | 22.056.285,70                           | 9.612.363,01                    | 43,58        | Normal             |

**FONTE: TCE-PR**

## Dívida Consolidada

O objetivo deste item é examinar o cumprimento do disposto no artigo 31 da LRF, caso tenha ocorrido o descumprimento do limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal n.º 40, de 20 de dezembro de 2001.

De acordo com o dispositivo legal, quando há o descumprimento do limite máximo para a dívida consolidada, de 120% da Receita Corrente Líquida do Município, esta deve ser reconduzida até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

Considerando que não havia necessidade de reduções ou retornos aos limites para a dívida consolidada líquida no exercício em análise, **conclui-se que o Município cumpriu o disposto nos artigos 31 da LRF e 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal n.º 40/2001.**

**TABELA 17 - Dívida consolidada – 2021 e 2022**

| Mês e ano base | Receita Corrente Líquida (R\$) | Dívida consolidada líquida (R\$) | % da DCL sobre a RCL | Situação |
|----------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|----------|
| 31/12/2019     | 16.117.367,07                  | -1.813.726,49                    | -11,25               | Normal   |
| 30/06/2020     | 15.321.548,98                  | -919.912,81                      | -6,00                | Normal   |
| 31/12/2020     | 15.466.603,14                  | -562.331,03                      | -3,64                | Normal   |
| 30/06/2021     | 16.700.064,73                  | -1.942.732,34                    | -11,63               | Normal   |
| 31/12/2021     | 18.467.210,41                  | -4.673.759,92                    | -25,31               | Normal   |
| 30/06/2022     | 20.933.411,81                  | -6.406.242,74                    | -30,60               | Normal   |
| 31/12/2022     | 22.056.285,70                  | -3.927.103,15                    | -17,80               | Normal   |

**FONTE: TCE-PR**

**Nota:** caso a Dívida Consolidada Líquida apresente valor negativo, isso é devido ao fato de as disponibilidades líquidas serem superiores e suficientes para o pagamento da dívida consolidada do Município.



## Conclusão

Com fundamento no artigo 75, Inciso I, da Constituição do Estado do Paraná e de acordo com a regulamentação estabelecida pela [Instrução Normativa n.º 172/2022](#), esta unidade técnica realizou o exame das contas da senhora **ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA** na qualidade de prefeita municipal de MANFRINÓPOLIS no ano de 2022.

A [Avaliação da Atuação Governamental](#), efetuada com fulcro no artigo 18, Inciso I, da [Instrução Normativa n.º 172/2022](#)<sup>12</sup>, se pautou na análise de ações e iniciativas de responsabilidade ou influência direta do Chefe do Poder Executivo, notadamente no estabelecimento de objetivos, na alocação de recursos públicos, na implementação de processos e na disponibilização de produtos e serviços públicos nas seguintes áreas de atuação, a saber: Administração e Finanças, Assistência Social, Educação, Saúde e Transparência e Relacionamento.

Como resultados da avaliação da atuação governamental obtida pelo governo em questão, apuraram-se os seguintes graus de atendimento, em escala de 0 a 10, para cada área apreciada: **Educação: 5,93; Saúde: 6,08; Assistência Social: 5,94; Administração Financeira: 2,46; Transparência e Relacionamento com o Cidadão: 3,78**<sup>13</sup>.

Por sua vez, o conteúdo avaliativo destinado à [Análise da Execução Orçamentária e Financeira](#) comportou a verificação dos aspectos orçamentários e financeiros do Município, nos termos do artigo 217-A do [Regimento Interno](#) e em conformidade com o escopo de análise estabelecido no Anexo da [Instrução Normativa n.º 172/2022](#).

De acordo com as conclusões contidas na [Análise da Execução Orçamentária e Financeira](#) e em sintonia com o artigo 217-A do [Regimento Interno](#) e artigo 25 da [Instrução Normativa n.º 172/2022](#), considerando a inexistência de restrições apuradas no exame realizado, esta unidade técnica opina pela **regularidade** das contas relativas ao ano de 2022 da senhora **ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**, na qualidade de prefeita municipal de MANFRINÓPOLIS.

Encaminhe-se o processo ao Relator, em atenção ao disposto no artigo 26 da [Instrução Normativa n.º 172/2022](#).

Curitiba - PR, 18 de agosto de 2023.

Ato emitido por

**ROBERTO WARZINCZAK**  
AUDITOR DE CONTROLE  
EXTERNO

Matrícula 512559

Ato revisado por

**EDUARDO SCHNORR**  
AUDITOR DE CONTROLE  
EXTERNO

Matrícula 517011

Ato encaminhado por

**LEVI RODRIGUES VAZ**  
COORDENADOR DA  
COORDENADORIA DE  
GESTÃO MUNICIPAL

Matrícula 516201

<sup>12</sup> A metodologia e o conteúdo da avaliação constam respectivamente das Notas Técnicas n.º [15/2022](#) e [17/2022](#) CGF/TCE-PR.

<sup>13</sup> Para consultar de forma detalhada os quesitos que resultaram no alcance do grau de atendimento em cada uma das áreas, acesse o seguinte endereço eletrônico: <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/contas-municipais-de-governo/346525/area/251>